

# **CAPÍTULO 11**

## **Trabalho, Tecnologia e Serviço Social: possibilidades e desafios para o exercício profissional\***

*Elizabeth Rodrigues Felix  
Renato Veloso*

Neste capítulo, apresentamos algumas reflexões acerca da presença das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) no Serviço Social, no contexto da crise do capital, considerando as transformações ocorridas no mundo do trabalho, decorrentes da reestruturação produtiva.

O modo de produção capitalista traz, em sua gênese e natureza, o caráter de dominação do capital sobre o trabalho, que se expressa no controle sobre as relações de produção e, no processo produtivo, na totalidade. Desde a sua consolidação, na passagem do século XVIII ao XIX, a evolução do modo de produção capitalista tem no lucro e na geração da mais-valia a razão de sua existência.

Há, portanto, uma completa subordinação das necessidades humanas ao domínio do capitalismo, em expansão, acompanhado pelo estranhamento crescente do trabalhador no próprio processo produtivo, refletindo na desumanização do trabalho vivo, ou seja, aquele em que a capacidade de criação do homem volta-se para o atendimento das suas necessidades por meio da produção de riquezas enquanto finalidade da produção (Mészáros, 2002).

O caráter destrutivo do capitalismo desenha suas crises, assim como as formas e estratégias de driblá-las, tendo, na figura do Estado, um forte aliado. Na esteira da ótica neoliberal, o Estado comprometido com a sociabilidade capitalista será o vetor do direito, mas um direito que não defenderá e nem garantirá para além dos horizontes da forma

---

\* 10.29388/978-65-6070-130-4-0-f.204-220

de sociedade que o justifica, a sociedade capitalista. Isso significa dizer, que, enquanto houver capitalismo, haverá Estado, conforme afirma Mascaro (2015, p. 25), quando diz que “o Estado não é ocasionalmente capitalista, e sim necessariamente capitalista”, uma vez que nem no feudalismo nem no regime escravista havia a forma de organização estatal.

É importante compreendermos que esse Estado é veementemente convocado “a disponibilizar parte significativa do fundo público para a reprodução ampliada do capital, para o circuito de produção e realização do valor” (Behring, 2021, p.116). Neste contexto, a autora traz importantes reflexões sobre a política social como aplicação do fundo público em programas assistenciais, como saúde, habitação e transferência monetária, demonstrando o caráter contraditório desta, na medida em que funciona como elemento de acesso a direitos, essenciais para a reprodução da força de trabalho. A mesma destaca que,

Não é exagerado reafirmar que o fundo público se forma a partir de uma punção compulsória – na forma de impostos, contribuições e taxas – da mais-valia socialmente produzida, ou seja, é parte do trabalho excedente que se metamorfoseou em lucro, juro ou renda da terra sendo apropriado pelo Estado para o desempenho de múltiplas funções de reprodução do capital e da força de trabalho, como vimos mostrando. (Behring, 2021, p. 142).

Nesta perspectiva, a destinação do fundo público para a sustentação do capitalismo em todos os seus ciclos de crise de superprodução e superacumulação, por meio de sua destinação para o capital, acentua e reforça o papel do Estado como interventor neste processo, com medidas fiscais para frear as fases de queda tendencial da taxa de lucros. O Estado exerce, assim, uma função crucial no que Mandel (1992) denomina de fase do capitalismo tardio, no sentido de preservar as condições gerais de produção.

Um aparelho de Estado constituído sobre essas bases se propõe a administrar o sistema social existente – ou, na melhor das hipóteses, modificá-lo mediante reformas “aceitáveis, isto é, assimiláveis. Sua função é intrinsecamente conservadora. Um aparelho de Estado que não preserva a ordem social e política seria tão impensável quanto um extintor de incêndio que espalha chamas ao invés de apagá-las. (Mandel, 1992, p. 348).

Na segunda metade do século XX, mais precisamente, a partir da década de 1970, o sistema capitalista passou por um processo de profundas transformações em vários aspectos, atingindo a esfera do trabalho, do consumo e do Estado. A partir dos anos de 1970, a transição no processo de acumulação atingirá as esferas social e política, com nítidas conformações no modo de ser dos indivíduos. Trata-se de uma transição na qual o padrão fordista de desenvolvimento dará lugar a um novo sistema de regulamentação política e social, chamado acumulação flexível.

A rigidez e a racionalização dos processos de produção, bem como o controle e disciplinamento da força de trabalho, visando a produção e o consumo em massa, típicos do padrão fordista, tiveram nos princípios da gerência científica, a sua base de sustentação, visando a intensificação da produção e o incremento da lucratividade do capital. Nesta perspectiva, impera um dos fatores da dinâmica capitalista, sendo a divisão social do trabalho, onde há nítida separação entre as etapas de planejamento e execução de tarefas, reforçando a ideia de que “a separação de trabalho mental do trabalho manual reduz a necessidade de trabalhadores diretamente na produção, desde que ela os despoja de funções mentais que consomem tempo e atribuída a outrem essas funções” (Braverman, 1987, p. 112).

O alto grau de insatisfação, desestímulo e, até mesmo, hostilidade, entre outros fenômenos, por parte daqueles que, alienados do seu próprio trabalho, se tornarão um “peso negativo” (grifos nossos), à lógica da produção capitalista, será uma questão enfrentada pela gerência científica, que terá a tarefa de promover a incorporação do trabalhador ao modo capitalista de produção.

A necessidade de ajustar o trabalhador ao trabalho em sua forma capitalista, de superar a resistência natural intensificada pela tecnologia mutável e alternante, relações sociais antagônicas e a sucessão de gerações, não termina com a “organização científica do trabalho”, mas se torna um aspecto permanente da sociedade capitalista (Ibid, 1987, p. 124).

Uma reestruturação nos processos de produção caracteriza a transição para um padrão de acumulação flexível, visando a superação das lacunas típicas da rigidez fordista e suas consequências para a própria força de trabalho. Este período será marcado pela descentralização e pelo avanço tecnológico, bem como por uma substancial alteração nas relações de trabalho, tornando-as, supostamente, mais horizontais, menos hierarquizadas, mas também mais fragmentadas e desregulamentadas do ponto de vista das garantias trabalhistas.

A reestruturação produtiva vem sendo conduzida em combinação com o ajuste neoliberal, o qual implica a desregulamentação de direitos, o corte dos gastos sociais, deixar milhões de pessoas à sua própria sorte e “mérito” individuais – elemento que também desconstrói as identidades, jogando os indivíduos numa aleatória e violenta luta pela sobrevivência. (BEHRING, 2008, p. 193-194).

Um novo ciclo de expansão do capitalismo inaugura-se no contexto da reestruturação produtiva, fazendo frente à crise de superprodução e superacumulação, já vista como tendência do modelo capitalista de produção, ressaltando-se a crescente fragilização dos trabalhadores nesse processo, em especial, em países do capitalismo periférico, onde os serviços públicos não chegavam e as formas de opressão e exclusão se acentuavam, resultantes da reação burguesa à queda da taxa de lucros. Behring (2021, p. 131) chama a atenção para esse novo padrão de reprodução das relações capitalistas, caracterizado pelo movimento de expropriação de direitos e ampliação da taxa de mais-valia e pressão sobre os salários, e seus efeitos devastadores sobre o trabalho.

No limiar do século XXI, temos assistido à mais profunda exacerbação desta equação de degradação da força de trabalho, sobretudo, em razão dos processos de mundialização e financeirização do capital, sob a hegemonia do neoliberalismo e, consequentemente, da condição de dependência do capitalismo nos países periféricos.

O surgimento de uma nova morfologia do trabalho, pautada na flexibilização, que na verdade se traduz em precarização, vai se desenhando desde a década de 1970 e adentra o século XXI, com contornos que particularizam as relações de trabalho, na medida do crescimento do setor de serviços. A estas novas formas precarizadas de trabalho, Antunes (2009) chamará de *proletariado de serviços*, reunindo um conjunto de trabalhadores ligados à área de telemarketing, entregadores (*delivery*) e outras modalidades de tarefas que envolvem o universo digital, com a presença das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs).

As novas configurações assumidas pela divisão social do trabalho nesse contexto das tecnologias informacionais, impactam diretamente o exercício de inúmeras profissões e, dentre elas, o Serviço Social. A este respeito, cumpre sinalizar que as(os) assistentes sociais estão submetidas(os) “aos mesmos processos de degradação e violação de direitos que sofre o conjunto da classe trabalhadora, no interior da heterogeneidade que a caracteriza.” (Raichelis, 2021, p. 144)

Os efeitos decorrentes deste processo de reestruturação produtiva vivenciado no capitalismo contemporâneo, se expressam, não somente nos processos de trabalho em si, mas também nos vínculos e contratos de trabalho, com a substituição gradativa dos quadros funcionais pelas modalidades de contratos temporários, terceirização e, até mesmo, por outras formas, ainda mais frágeis, de vínculos, como contrato por projeto e serviço prestado.

Compreendemos que a profissão vai adquirindo seus contornos e configurando suas respostas profissionais nos diferentes espaços sócio-ocupacionais que requisitam suas ações, em uma dinâmica posta pela divisão social e técnica do trabalho.

Em síntese, [...] consideramos não haver como separar ou dicotomizar trabalho e profissão, nem tampouco deixar de reconhecer a atividade de assistentes sociais como trabalho e sujeito vivo dessas relações como trabalhador assalariado, no complexo processo de determinações e possibilidades contidas nas relações sociais das quais é partícipe. (RAICHELIS, 2018, p. 38).

Com a incorporação das tecnologias, de forma a aumentar ainda mais a exploração e expropriação dos trabalhadores, institui-se a métrica da produtividade, das metas e dos resultados sobre o trabalho dos assistentes sociais de forma cada vez mais intensa e veloz, muitas vezes prejudicando a apropriação crítica desses instrumentos e mecanizando o exercício profissional. Compreendemos, contudo, que o trabalho precisa ser visto sob o prisma de suas possibilidades concretas que se desenham nas formas de organização, nas construções coletivas e no reconhecimento do seu significado social enquanto profissão. É desta leitura sobre a profissão que encontraremos os canais que a conectam com a direção social que hoje busca consolidação no exercício profissional.

Esses organismos empregadores, estatais ou privados, defendem também a matéria (objeto) sobre o qual recai a ação profissional, ou seja, as dimensões, expressões ou recortes da questão social a serem trabalhadas, as funções e atribuições profissionais, além de oferecerem o suporte material para o desenvolvimento do trabalho – recursos humanos, técnicos, institucionais e financeiros – decorrendo daí tanto as possibilidades como os limites à materialização do projeto profissional. (Raichelis, 2021, p. 428)

Os caminhos da profissão para alcançar o que hoje reconhecemos como direção social crítica, não foram lineares, tampouco resultantes de um consenso no interior da própria categoria profissional. Em sua emergência e desenvolvimento, o Serviço Social constituiu-se historicamente, tanto do ponto de vista interno quanto

externo, configurando formas distintas de análise e enfrentamento das demandas postas pela dinâmica da sociedade brasileira.

Contudo, embora uma direção social crítica tenha tido maior expressão no Serviço Social a partir do final dos anos 1970, não devemos entender este caminho como isento de disputas internas e externas, mas como espaço de possibilidades que se conjugam aos projetos societários. Assim, vale dizer que há um projeto profissional que se vincula a um projeto de construção de uma nova ordem societária e que, portanto, não pode ser compreendido fora desta dimensão de totalidade. Em um dado momento histórico da profissão, denominou-se de projeto ético-político profissional a este conjunto de expressões e valores assumidos por parcelas significativas dos sujeitos profissionais, tornando, assim, legítimas as suas formulações.

Deste modo, pensamos que a presença da tecnologia no cotidiano das instituições e do próprio exercício profissional do Serviço Social precisa ser compreendida no horizonte da apropriação crítica, que identifica todo o seu uso para manipulação e domínio de informações, mas que também visualiza o reverso desta moeda, ou seja, que é possível, no âmbito do trabalho profissional, reconhecer o sujeito profissional e a população usuária dos serviços no centro das disputas por outro projeto societário.

Nesta perspectiva, acreditamos que as possibilidades de novos desenhos nos horizontes da profissão, em face dos desafios postos no século XXI, relacionam-se com a capacidade e possibilidade de um exercício profissional que enfrente os desdobramentos do cotidiano e de suas contradições. Em Antunes (2009), encontramos uma expressão que nos traz, de forma muito presente, este sentido, que não pode, nem deve, ser perdido, quando concebemos que a centralidade do trabalho na vida social precisa ter o cunho da transformação e não da conformidade. Ele dirá que “um desafio maior da humanidade é dar *sentido* ao trabalho humano, tornando a nossa vida também dotada de sentido. Instituir uma nova sociedade dotada de sentido humano e social dentro e fora do trabalho”. (Ibid, p. 238)

É nesta linha de reflexões, que consideramos as possibilidades de pensar sobre a profissão de Serviço Social no limiar deste século, com todos os desafios e possibilidades que se colocam no cotidiano do trabalho. A relação entre tecnologia e Serviço Social não é nada novo, haja vista que a utilização de algumas ferramentas, hoje caracterizadas como integrantes do trabalho remoto, já fazia parte dos instrumentais de trabalho do Serviço Social, a exemplo do telefone, que sempre foi utilizado para realização de contatos com familiares de usuários dos serviços, por exemplo. Desmistificar a questão da “novidade da tecnologia” nos tempos atuais é fundamental, para não incorrerem no equívoco de desconsiderar a natureza histórica e dialética do desenvolvimento, onde tem lugar a tecnologia, entendida como resultante do acúmulo de conhecimentos gerados a partir da relação que o homem estabelece com a natureza, buscando a satisfação de suas necessidades.

Vieira Pinto (2005) aborda esta questão de uma suposta “Era Tecnológica” na atualidade, como uma maneira simplista e ideologizada, que serve para manter e legitimar relações de dominação e exploração próprias do modelo capitalista e suas formas de produção.

O conceito de “era tecnológica” constitui importantíssima arma do arsenal dos poderes supremos, empenhados em obter estes dois inapreciáveis resultados: (a) revesti-lo de valor ético positivo; (b) manejá-lo na qualidade de instrumento para silenciar as manifestações da consciência política das massas, e muito particularmente das nações subdesenvolvidas. Quanto a estas últimas, é preciso empregar todos os meios para fazê-las acreditar – e seus expoentes letrados nativos se apressarão sem dúvida em proclamá-lo - que participam em pé de igualdade da mesma – “civilização tecnológica” que os “grandes”, na verdade os atuais deuses, criaram bondosamente e estenderam a ricos e pobres sem distinção (Ibid, p.43).

Esse aspecto para o qual o autor chama a atenção é central para entendermos haver uma apropriação da tecnologia pelo capital, no processo produtivo, e que isto se dá no curso da história, tirando

qualquer caráter de novidade que possa ser dado ao seu uso, como algo capaz de promover uma espécie de equiparação entre todos, sem distinção de classe social. Portanto, não reconhecer que a tecnologia é produto da história humana em seu processo de criação e de humanização é a chave para cairmos em “posturas mistificadoras, simplificadoras e reducionistas, largamente presentes no debate sobre o tema” (Veloso, 2011, p. 69). É esta lacuna de compreensão e análise da tecnologia que levará a atitudes equivocadas de endeusamento ou de rejeição absoluta de sua presença no mundo.

As formas mistificadas de lidar com a tecnologia eliminam, pois, qualquer possibilidade de se desnudar o real papel que estas podem assumir na história do processo produtivo, ou seja, na produção e reprodução da vida social, por meio do trabalho “como momento fundante da vida humana, ponto de partida no processo de humanização” (Antunes, 2009, p. 232). O autor segue afirmando que, em oposição à perspectiva citada, na sociedade capitalista o trabalho transformou-se em meio de “subsistência”, fundado na propriedade privada dos meios de produção e dos produtos deste trabalho. Na dinâmica capitalista, engendrada pelo desenvolvimento das forças produtivas, a tecnologia tem papel importante na redução dos custos da produção pela via da automatização nos processos de trabalho, com consequente redução na demanda por força de trabalho. Isso se dá em razão de uma contradição que é imanente ao sistema capitalista, onde quanto maior for o processo de acumulação, maior também o desgaste da força de trabalho, pelo processo de superexploração desta. Temos aqui um crescente processo de diminuição do trabalho vivo, resultante deste modo de produção, onde o próprio processo de trabalho se coisifica cada vez mais, distanciando mais ainda o trabalhador não somente do produto, mas também do processo produtivo, enquanto algo que deveria ser criativo e humano.

Trata-se de uma substituição crescente do trabalho vivo pelo trabalho morto, gerando um estranhamento crescente na relação capital e trabalho, onde o trabalhador não se apropria do produto do seu próprio trabalho, que “aparece para ele como propriedade alheia”

(Marx, 2011, p. 625). Vamos encontrar em Marx, nos Grundrisse, bases para compreendermos que os meios de produção passarão por metamorfoses em termos de sua automação (sistema de maquinaria), ficando a atividade do trabalhador limitada e guiada pela máquina, ou seja, dominada por esta engrenagem. A força de trabalho, então, é potencializada, aumentada e tornada mais capaz de produzir com mais intensidade e em menor tempo, ou seja, a capacidade e criatividade do trabalhador são substituídas cada vez mais pelo elemento objetivo e automatizado, negando, assim, o próprio trabalho, agora subsumido pelo capital.

Evidenciamos, com base nessas considerações, que a lógica desta forma de organização social determina um viés de apropriação da tecnologia na direção da substituição crescente da força de trabalho viva, que se torna “coisificada” e ceifada em qualquer de suas possibilidades criativas. Nesta perspectiva, a tecnologia tem a função de atender aos interesses da acumulação e superexploração da força de trabalho, chegando, até mesmo, a substituí-la.

Então, como vemos, é a apropriação da tecnologia pelo capital, e não o contrário, que irá lhe conferir esse papel de potencializadora dos processos de superexploração do trabalho e do trabalhador, ao invés de representar uma possibilidade de tornar o trabalho mais leve e menos desgastante. O fato de que o uso da tecnologia pelo capitalismo se faça na direção da valorização do capital e de seus processos de dominação não significa que não haja outras possibilidades de sua utilização em outras direções, inclusive como estratégia na construção de novos projetos societários.

Se, por um lado, as novas tecnologias vêm sendo largamente utilizadas pelo grande capital como poupadoras de mão de obra, ocasionando, por conta do tipo do uso social posto em prática, fortes impactos para os trabalhadores, por outro, tais tecnologias, ao trazerem consigo a contraditoriedade do processo social, podem ser apropriadas e utilizadas para atender ou reforçar interesses mais próximos desses mesmos trabalhadores (Veloso, 2011, p. 67).

Pensar na tecnologia como um possível aliado estratégico que pode se somar aos demais esforços de fortalecimento de uma direção social crítica na profissão, exige um esforço importante e predisposição para enfrentar novos e velhos desafios existentes no Serviço Social.

Tratar a tecnologia a partir de um conceito ampliado, como já mencionamos anteriormente, nos parece uma condição fundamental para evitar modismos ou, como coloca Vieira Pinto (2005), o embasbacamento diante de supostas novidades do mundo digital. Tomando por base essa concepção, que vincula tecnologia à faculdade de projetar, pensamos haver muito o que se discutir e problematizar acerca do assunto, quando se trata do Serviço Social.

É imprescindível, portanto, de um lado, atentar para a forte tendência que a incorporação acelerada da tecnologia traz, no que diz respeito à burocratização, controle na ótica da vigilância e destituição da dimensão viva do trabalho do assistente social, e, de outro, para a imperiosa necessidade de qualificação do exercício profissional. Assim, se põe o imenso desafio de não permitir que o projeto profissional se subordine aos requisitos da tecnologia, mas de colocá-la a serviço das diretrizes ético-políticas do trabalho do assistente social. Este é um propósito de tamanha complexidade, haja vista que, não em função da tecnologia, mas em face de sua presença inequívoca no cotidiano, a busca pela qualificação será atravessada por este componente, não novo, mas com outras características, típicas da realidade do capitalismo que atravessa o século XXI, muito bem nominadas por Antunes (2020) como plataformização do trabalho.

É preciso, portanto, reconhecer, se apropriar, questionar, criticar, enfim, problematizar, objetiva e subjetivamente, as formas em que cabem a utilização das TICs no Serviço Social e em que circunstâncias. Definitivamente, não se trata de aprender a usar as ferramentas digitais, mas de apreender suas lógicas, significados e intencionalidades em face da diversidade e da multiplicidade que se impõe na dinâmica do cotidiano profissional. É preciso atenção aos processos de exaustão, coisificação e exclusão do próprio trabalhador (assistente social), dos seus processos e projeto profissional. Trata-se

de estarmos atentos à natureza das demandas dirigidas aos assistentes sociais, “que burocratiza e rotiniza as ações institucionais, afasta o profissional do trabalho político-pedagógico com a população, que envolve acompanhamento próximo e sistemático [...] nos territórios onde vive a população” (Raichelis, 2021, p. 34).

Vejamos que a presença massificada da tecnologia no universo contemporâneo não é responsável por trazer ao Serviço Social, propriamente, o dilema ou o desafio da qualificação e da consolidação de uma direção ético-política crítica ao trabalho profissional. O que se passa, na realidade, é a premência da manutenção e ampliação das lutas pela hegemonia e emancipação da classe que vive do trabalho, na qual se insere o assistente social, profissional que vivencia os mesmos processos da dinâmica estrutural do trabalho no capitalismo contemporâneo, tendo como horizonte a consolidação de uma práxis emancipatória, em consonância com os seus objetivos profissionais e na esfera de sua autonomia relativa.

Um aspecto que não pode deixar de ser ressaltado diz respeito às condições objetivas para a realização do trabalho com o uso destas ferramentas digitais. É muito comum que, na realização do teletrabalho, a responsabilidade pelo provimento dos recursos físicos, materiais e tecnológicos acabe ficando a cargo do próprio trabalhador, que dispõe dos seus próprios equipamentos, arcando inclusive com todo o peso do aprendizado, do provimento de materiais, como computadores, internet e ambientes virtuais. E este fato, juntamente com toda a carga de acúmulo de tarefas, jornadas de trabalho sem limites de horário, dado o grande volume de trabalho e, ainda, não menos importante, o desgaste emocional que tem sido uma tônica desses tempos atuais.

O discurso falacioso que ouvimos nos quatro cantos do mundo, de que a conexão de todas as coisas facilitará as nossas vidas e nos permitirá usufruir de mais tempo livre, nem sempre vem se mostrando verdadeiro. Ao contrário, nos vemos consumidos, em uma porção bem maior do nosso tempo, porque precisamos assegurar os preceitos ético-políticos, teórico-metodológicos e técnico-operativos

da profissão em face de uma avalanche de informações – boa parte somente disponível em meio digital, isso porque acabamos sendo usuários de “segunda mão” de uma tecnologia da qual não somos parte integrante e não conseguimos, ainda, fazê-la trabalhar em nosso favor.

O que, ainda, predomina, é uma relação alienada do assistente social trabalhador, com os meios de produção, no caso os computadores, internet e ambientes virtuais de um modo geral, sem maior grau de familiarização ou ambientação. Prevalece, na maior parte das vezes, uma apropriação pela via do estranhamento, dificultando, assim, a materialização de possibilidades do uso efetivo das TICs de uma forma agregadora para o fortalecimento de um projeto profissional crítico.

É preciso ressaltar que não se trata de uma apropriação de um recurso, que a cada dia se expande em diferentes ramos do trabalho. Trata-se de um processo inteiramente atravessado por condições concretas que perpassam não somente pela incorporação de ferramentas alternativas de trabalho, mas de pensar dialeticamente o trabalho na interface com estas ferramentas.

Historicamente, a relação entre o Serviço Social, a Informática e, atualmente, as TICs se dá de forma bastante frágil, seja pela via da resistência dos profissionais ao mundo da tecnologia, seja pela forma enviesada com que estes recursos chegam à profissão, sem muitas vezes o devido aporte físico e material, que afetam, profundamente, as condições de trabalho, em um contexto que é de avanço das políticas neoliberais que predominam, sobretudo, nos espaços estatais, concentradores da mão de obra dos assistentes sociais.

O provimento dos recursos materiais, bem como a infraestrutura física, a formação e a qualificação do profissional, devem ser o ponto de partida para essa discussão acerca da presença da tecnologia no Serviço Social e suas formas de apropriação. Não temos dúvidas acerca da necessidade de, na atualidade, termos elementos que permitam lidar de forma crítica e reflexiva com o volume de dados e informações que perpassam o trabalho profissional, onde o uso de recursos tecnológicos pode se constituir em importante ferramenta

estratégica no sentido de organizar, sistematizar e interpretar tais informações.

Como já dissemos, a tecnologia não apresenta em si uma novidade no mundo do trabalho, dada a dimensão de historicidade que ela apresenta em sua evolução nas sociedades, sobretudo se pensarmos no modelo capitalista que, em sua trajetória, apropriou-se da tecnologia como meio de intensificação do processo de acumulação, pela via da substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto.

Há um universo de questões a serem problematizadas e enfrentadas pelo Serviço Social, que atravessa o debate teórico-metodológico e ético-político da profissão, se tivermos a intenção de pensar criticamente sobre as reais possibilidades de uma apropriação madura das tecnologias pela profissão, em uma direção fortalecedora de um projeto profissional articulado a um novo projeto societário.

Portanto, qualquer debate que travemos neste universo das tecnologias, o Serviço Social não poderá dar maior importância aos recursos em si, tais como computadores, *softwares* e demais elementos de conectividade, do que aos próprios processos sociais que envolvem os sujeitos que interagem em uma totalidade dinâmica em suas dimensões objetivas e subjetivas. Assim, as distâncias que demarcam ricos e pobres, dominantes e dominados, proprietários e não-proprietários, estarão cada vez mais acirradas, quanto maior for o processo de exploração e superexploração próprios do modelo capitalista, a serviço do qual estará um universo digital onde tudo se conecta em rede, o que nada tem a ver com a tecnologia em si, mas a apropriação desta em um projeto reprodutor da hegemonia capitalista.

Por maior que seja o estranhamento do Serviço Social com o debate das TICs, compreendemos que não será pela via do provimento de recursos ou de treinamentos e desenvolvimento de ferramentas que se dará a possibilidade de uma construção estratégica e crítica na profissão, de um caminho onde a tecnologia esteja a serviço de um projeto profissional comprometido com uma sociedade fundamentada em valores opostos ao capitalismo. Compreendemos, portanto, que este caminho se desenha pela via do inesgotável debate e

problematização dos desafios e enfrentamentos da profissão em face do crescimento da onda conservadora que se espalha no país nos últimos tempos e seus rebatimentos no exercício profissional.

## Referências

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2007.

ANTUNES, Ricardo. Século XXI: nova era de precarização estrutural do trabalho? In: ANTUNES, Ricardo e BRAGA, Ruy (org.). *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo, Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. In: *Serviço Social e Sociedade n. 140*. São Paulo: Cortez Editora, 2021.

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão*. São Paulo Boitempo, 2020.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da indústria 4.0. ANTUNES, Ricardo (Org.). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo, 2020. P. 11-22.

BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti. *Fundo público, Valor e Política Social*. São Paulo: Cortez, 2021.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista: A degradação do trabalho no Século XX*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

CFESS. *Perfil de assistentes sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional*. Brasília-DF: CFESS, 2022.

CHESNAIS, François. Doze teses sobre a mundialização do capital. In: FERREIRA, Carla; SCHERER, André Forti. *O Brasil frente à ditadura do capital financeiro: reflexões e alternativas*. Lajeado: UNIVATS, 2005.

COELHO, Marilene; FORTI, Valéria. Contribuição à crítica do projeto ético-político do serviço social: considerações sobre fundamentos e cotidiano institucional. In: FORTI, Valéria e GUERRA, Yolanda. *Projeto ético-político do Serviço Social: contribuições à sua crítica*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. 2ª ed. São Paulo: Annablume Editora, 2006.

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1992.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. 1973. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Org.). *Ruy Mauro Marini. Vida e Obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MASCARO, Alysson Leandro. *Estado e forma política*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. *O Capital*. Livro 1, Vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo/Unicamp, 2002.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, n. 59. São Paulo: Cortez, 1996.

RAICHELIS, Raquel. O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. In: *Serviço Social e Sociedade n. 140*. São Paulo: Cortez, 2021.

RAICHELIS, Raquel. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. In: RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria (org.). *A nova morfologia do trabalho no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2018.

RAICHELIS, Raquel. Transformações societárias e Serviço Social - notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 50. São Paulo: Cortez, 1996.

VELOSO, Renato. *Serviço Social, tecnologia da informação e trabalho*. São Paulo: Cortez, 2011.

VIEIRA PINTO, Álvaro. *O conceito de tecnologia*. v.1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.